



Elói Martins Senhoras

(Organizador)

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



Elói Martins Senhoras

(Organizador)

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Economia: globalização e desenvolvimento

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19	Economia: globalização e desenvolvimento / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5983-555-3 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.553210710 1. Economia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título. CDD 330
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A convergente dinâmica geoeconômica, identificada como globalização, trata-se de um fenômeno integrativo da economia no espaço, construído por meio de distintas ondas cíclicas de acumulação de longa duração no sistema capitalista desde o século XV, a despeito de divergentes vetores geopolíticos e geoculturais no sistema internacional.

Como fenômeno de curta duração, a globalização caracteriza-se nas últimas cinco décadas pelo aumento da interdependência econômica no mundo por meio da ampliação do sistema capitalista no globo por meio do retorno a uma agenda com predominância tecno-financeira de acumulação em detrimento das tradicionais agendas de acumulação produtiva.

Tomando como referência estas discussões, “Economia: Globalização e desenvolvimento?”, trata-se de um livro cujo instigante título tem como objetivo despertar questionamentos e uma ampla reflexão econômica para se delinear possíveis explicações sobre temáticas correntes de crescimento, desenvolvimento e crise no sistema de acumulação capitalista à luz das sincrônicas transformações em curso no mundo.

Escrito de modo colaborativo por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, mexicanos e portugueses, o presente livro reflete o sentido desenvolvimentista da globalização como fenômeno de ampliação das interações humanas, qualificando-se assim como uma obra que reflete e é reflexo do seu próprio tempo.

A estruturação desta obra é composta por 21 capítulos que abordam diferentes temáticas econômicas a partir de uma elástica espacialização que vai do local ao global, na periodização da conjuntura contemporânea, por meio de um plural recorte teórico-metodológico de profissionais com distintas *expertises* e formações acadêmico-profissionais prévias.

Caracterizado por uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e quali-quantitativa quanto aos meios, este livro foca diferentes fenômenos econômicos e estudos de caso por meio de uma rica triangulação teórico-metodológica com base no levantamento e análise de dados primários e secundários e em diferentes paradigmas científicos.

Construído para estimular o espírito de reflexão e criticidade sobre a realidade econômica em um contexto de globalização, o presente livro de coletânea é indicado para um extenso número de leitores, justamente por apresentar uma didática leitura empírica que despertará o interesse, tanto, de um público leigo afeito a novos conhecimentos, quanto, de um público especializado de acadêmicos que busca dialogar com base em tradicionais e novas abordagens científicas.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

DINHEIRO: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA E JURÍDICA NA ERA DO BITCOIN

Mateus Catalani Pirani

Matheus Muniz de Ávila Rodrigues

Daniel Stipanich Nostre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107101>


CAPÍTULO 2..... 13

LAS TEORÍAS ECONÓMICAS QUE EXPLICAN LA GRIPE FINANCIERA EN ESTADOS UNIDOS Y LA PULMONÍA FINANCIERA EN MÉXICO

Rebeca Teja Gutiérrez

Nidia López Lira


Verónica Loera Suárez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107102>

CAPÍTULO 3..... 28

CONSEQUÊNCIAS DA CRISE FINANCEIRA NO EMPREENDEDORISMO

Hélio de Jesus Branco Corquinho Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107103>


CAPÍTULO 4..... 39

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE IGUALDADE DE GÊNERO COMO FORMAS DE AÇÃO COLETIVA, ANTES DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÓMICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS DE UM SISTEMA EM CRISE

Héctor Alberto Fernández Morales

Felipe Javier Haces Valdez

Javier Hernández Treviño


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107104>

CAPÍTULO 5..... 52

AN APPROACH TO CUSTOMER TRUST IN THE PORTUGUESE BANKING SYSTEM

António Cabeças

António Duarte Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107105>


CAPÍTULO 6..... 77

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: O CASO DO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

Diego Paschoal de Senna

Sandra Lúcia Videira Góis

Lisandro Pezzi Schimidt


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107106>

CAPÍTULO 7..... 88

DEVOPS FOR FINANCIAL COMPANIES: A LITERATURE REVIEW

Antônio Augusto Alves de Figueiredo

Vagner Luiz Gava

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107107>

CAPÍTULO 8..... 106


O CUSTO DE RESSEGURO NO MERCADO BRASILEIRO DE SEGUROS GERAIS ANTES E APÓS O TÉRMINO DO MONOPÓLIO

Claudio Rosa Mendes

Cecilia Moraes Santostaso Geron

Fabiana Lopes da Silva

Octavio Ribeiro de Mendonça Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107108>

CAPÍTULO 9..... 128


IMPACTO ECONÔMICO DA COVID-19 NO SETOR DE TURISMO DO MÉXICO

Artemio Jiménez Rico

Luis Gerardo Rea Chávez

Perla Cristina Laguna Córdoba

Karina Galván Zavala

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107109>

CAPÍTULO 10..... 141

O COMPORTAMENTO DO BRASILEIRO COM SEUS INVESTIMENTOS NO CONTEXTO DA COVID-19

Natalia Alves Tavares

Paulo Vitor Jordão da Gama Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071010>


CAPÍTULO 11..... 160

ORIGEM DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: POLÍTICA ECONÔMICA E PACTOS DE PODER

Bruno Saggiorato

Geizibel Julia Halas

Nilmar Rippel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071011>

CAPÍTULO 12..... 172

PERCEPÇÃO DOS MORADORES VALE DO SÃO FRANCISCO REFERENTE AOS TIPOS DE INOVAÇÕES QUE OCORREM NO SETOR DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO


Murilo Campos Rocha Lima

Josefa Edileide Ramos Santos

Marcelo Costa Borba

Marília Rocha Amando


Thayana Carvalho Amorim Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071012>

CAPÍTULO 13..... 182

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO FEIJÃO-FAVA (*Phaseolus lunatus* L.) NO PIAUÍ: UMA CULTURA DA AGRICULTURA FAMILIAR


Karla Brito dos Santos
Eriosvaldo Lima Barbosa
Angela Célis de Almeida Lopes
Regina Lucia Ferreira Gomes
Andreza Cavalcante Oliveira
Graziele de Sousa Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071013>

CAPÍTULO 14..... 204

ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS-TO


Elismar Dias Batista
William Isao Tokura
Antônia Lilia Soares Pereira
Virgílio Lourenço da Silva Neto
Daniela Maria Santo Palmera
Letícia Alves Rocha
Jeidy Johana Jimenez Ruiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071014>

CAPÍTULO 15..... 213

AVALIAÇÃO DOS DETERMINANTES DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA COMPARAÇÃO DAS MESORREGIÕES CENTRO-SUL E OESTE DO PARANÁ


Ikaro Tem Pass
Flávio Braga de Almeida Gabriel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071015>

CAPÍTULO 16..... 229

EL EMPRENDIMIENTO EN LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR


Mónica Leticia Acosta Miranda
Leonor Ángeles Hernández
Juan Mendoza Hernández
Liliana Camacho Bandera





 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071016>

CAPÍTULO 17..... 239

O CAPITAL HUMANO E A INOVAÇÃO COMO PEDRAS BASILARES DA ECONOMIA PORTUGUESA

Cátia Susana Bento do Rosário
António Augusto Teixeira da Costa
Ana Isabel Lorga da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071017>

CAPÍTULO 18.....	252
LA RELEVANCIA DE LA MUJER ARTESANA EN LA ECONOMÍA FAMILIAR DE LA REGIÓN MIXTECA	
Olivia Allende Hernández	
Celia Bertha Reyes Espinoza	
Liliana Eneida Sánchez Platas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071018	
CAPÍTULO 19.....	265
ESTRATÉGIAS DE ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E LOGÍSTICO DE ZONAS RURAIS FRENTE ÀS DEMANDAS GLOBAIS: OS CASOS DAS ZONAS PRODUTIVAS DO CAFÉ DE MATA VERDE NO BRASIL E AS ZONAS DE PRODUÇÃO DE CHÁ DE NUWARA ELIYA NO SRI LANKA	
Carlos Andrés Hernández Arriagada	
Mariana Chaves Moura	
Paola Serafim Filócomo	
Luciana Junqueira Candido	
Edgar Roa	
Carlos Murdoch	
Paulo Roberto Corrêa	
Raquel Ferraz Zamboni	
Isabella Basile Sposito	
Eduardo Riffo Durán	
Nicolás Parra Urbina	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071019	
CAPÍTULO 20.....	291
EFICÁCIA DOS MODELOS DE PREVISÃO DE FALÊNCIA EMPRESARIAL NAS EMPRESAS DE TRANSPORTES IBÉRICAS	
Mário Alexandre Guerreiro Antão	
Cândido Jorge Peres Moreira	
Catarina Carvalho Terrinca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071020	
CAPÍTULO 21.....	305
ASPECTOS METODOLOGICOS Y TÉCNICOS PARA LA ELABORACIÓN DE IMPUESTOS VERDES	
Rolando Ríos-Aguilar	
Raúl Rodríguez Vidal	
Víctor Pedro Rodríguez Vidal	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071021	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	318
ÍNDICE REMISSIVO.....	319

ORIGEM DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: POLÍTICA ECONÔMICA E PACTOS DE PODER

Data de aceite: 02/10/2021

Data da submissão: 06/09/2021

Bruno Saggiorato

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Francisco Beltrão-PR
<http://lattes.cnpq.br/4287464243748313>

Geizibel Julia Halas

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Francisco Beltrão-PR
<http://lattes.cnpq.br/2112360728148742>

Nilmar Rippel

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Francisco Beltrão-PR
<http://lattes.cnpq.br/9945059644017148>

RESUMO: Este artigo visa discutir a origem da desindustrialização no Brasil a partir dos anos 1990, reflexo da não consolidação de um pacto de poder voltado aos interesses nacionais, em paralelo a predominância do discurso neoliberal a partir do choque do petróleo nos anos 1970, o qual perpassou os anos subsequentes no país. Desenvolvemos o trabalho com base na pesquisa bibliográfica, com autores que estudam a temática. Também usamos dados e indicadores econômicos de repositórios como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Ministério da Economia (ME). Além disso, a ideia de Pactos de Poder (RANGEL, 2012) permeia a estrutura do texto. Em vista disso, denota-se que as crises econômicas são capazes de recompor

a correlação de forças que circundam o Estado e, que tais forças expressam-se através de pactos de poder constituídos por classes hegemônicas com interesses distintos. Diante disso, percebe-se que esse conjunto de circunstâncias, acarretou no afastamento da burguesia industrial do pacto nos anos 1990, no qual era a liderança apta e madura a consolidar as políticas econômicas voltadas aos interesses internos. Entretanto, tal disfunção nessa correlação de força incidiu em diminuição da produtividade industrial, elevação das taxas de juros, políticas fiscais rígidas e aumento no coeficiente de importação em detrimento da produção nacional. Dessa forma, ressaltamos a urgência de repensar o papel do Estado no desenvolvimento econômico e retomar a centralidade de um projeto nacional, adotando políticas para criar um ecossistema atrativo aos setores manufatureiros através de investimentos no setor real da economia.

PALAVRAS - CHAVE: Desindustrialização; pactos de poder; neoliberalismo; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT: This article has the objective of discussing the deindustrialization origin in Brazil as of 1990 years, reflection of the not to consolidate of a power pact directed to the national interests, in parallel the neoliberal discuss' predominance as of oil shock in the 1970 years whom covered the years subsequent in country. We used a bibliographic search, with works by authors who study the theme and also some data and economic indicators from repositories such as the Institute for Applied Economic Research (IAER) and the Ministry of Economy (ME). In addition,

the idea of Power Pacts (RANGEL, 2012) permeates the structure of the text. Therefore, denote it that the economic crises are able of recomposes the correlation forces that enclose the State and, this force expresses through power pact built for hegemonic classes with the different interests. In addition, understands that these set of circumstances, result in industrial bourgeoisie distances of the pact in 1990 years, it was an able and mature leadership to consolidate the economic policies aimed to the national interests. However, such dysfunction in this force correlation concern in industrial productivity decrease, interest rates elevation, physics strict policies and higher import coefficient in national production detriment. Thus, we highlight the urgency of rethink the role of the State in economic development and take up the centrality of the national project, adopt policies to create an ecosystem attractive to the sectors manufacturing through of investments in real economy sector.

KEYWORDS: Deindustrialization; power pact; neoliberalism; economic development.

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, é possível encontrarmos trabalhos acadêmicos e debates referentes a urgência de se construir um *projeto nacional de desenvolvimento* e consequentemente, propostas para se pensar a reindustrialização do Brasil. Nesse sentido, esse debate vem à tona em um momento crucial em que o país vive, visto que o Brasil deixou de manter a perspicácia do desenvolvimento econômico ancorado na indústria a pelo menos três décadas, uma vez que a partir de meados dos anos 1980 o país vive em uma quase estagnação, em especial por adotar políticas econômicas liberais incompatíveis com o desenvolvimento brasileiro (BRESSER-PEREIRA, 2017).

Deste modo, vale ressaltar que a indústria é setor chave quando o assunto é desenvolvimento econômico, maior valor agregado da produção, encadeamentos produtivos setoriais, pagamentos de melhores salários e incorporação de mão de obra cada vez mais especializada, contribuindo por sua vez, na formação de capital humano mais qualificado.

Isto posto, a proposta deste artigo é compreender o contexto Geopolítico e Econômico no qual se formou as condicionantes do processo de desindustrialização no Brasil, paralelamente à categoria de análise dos *pactos de poder* (RANGEL, 2012) que circundam o Estado e a consolidação de políticas econômicas.

Além desta introdução, o artigo tratará na segunda seção de um breve contexto geopolítico e geoeconômico. A terceira seção, visa analisar o contexto brasileiro e a gênese da desindustrialização no Brasil. Na quarta e última seção, traçamos algumas considerações gerais do trabalho, expondo possíveis políticas para o Brasil encontrar o caminho do desenvolvimento.

2 | BREVE CONTEXTO GEOPOLÍTICO E GEOECONÔMICO

Em 1947, Friedrich Hayek ao convocar uma reunião com simpatizantes de sua orientação ideológica em Mont Pèlerin na Suíça, fundou a Sociedade Mont Pèlerin,

encarregada de combater, em suma, a atuação do Estado na vida econômica dos países. Apesar de suas bases teóricas datarem ainda da década de 1940, seu sucesso encontrou uma barreira inexorável, qual seja, ao que se convencionou chamar da “Era de ouro do capitalismo”, que se seguiu nos anos subseqüentes, porém, a crise de 1973 mudaria esses rumos (ANDERSON, 1995).

Além da crise do capitalismo deflagrada em 1973, que possibilitou aos neoliberais empreender sua ofensiva às políticas keynesianas, mais tarde outro episódio fundamental abriu caminho ainda mais vasto ao fortalecimento do discurso e das práticas neoliberais, que foi a queda da União Soviética, promovendo ataques severos ao marxismo-leninismo enquanto proposta de sociedade.

Neoliberalismo e “globalização” são as duas ideias-força mais importantes impostas ao mundo pelo imperialismo norte-americano desde 1980, aproximadamente. Quando se iniciou o período depressivo atual no centro do sistema capitalista (ciclo Kondratieff), o capitalismo americano estava atordoado pelas derrotas militares na Ásia (Vietnã), pela expansão geopolítica da URSS, pela crescente concorrência japonesa e pela sua própria perda de dinamismo econômico (MAMIGONIAN, 2005, p. 150).

Partindo do entendimento que estamos na fase monopólic/imperialista do capitalismo como mostrou Lênin (2011) e considerando o contexto do fim da fase expansiva do quarto ciclo de Kondratieff¹ em 1973, a partir dos anos 1980 sob liderança de Reagan o imperialismo norte americano investiu em uma ofensiva brutal para retomar sua hegemonia, pressionando a URSS, enquadrando o Japão e sufocando os países em desenvolvimento (inclusive o Brasil) por meio de suas dívidas externas e as desregulamentações dos seus mercados de capitais.

No mesmo período, com fim do acordo de *Bretton Woods* empreendido pelos Estados Unidos (EUA), as liberalizações e expansão quantitativa do mercado financeiro impôs-se como regra geral em diversos países, elevando os investimentos financeiros em detrimentos dos produtivos, com o objetivo de aplacar e compensar a queda da taxa de lucro dos monopólios.

Segundo Belluzzo (2020), a globalização engendrou dois tipos de regiões, as que se integraram internacionalmente pelo comércio e a atração de investimentos produtivos e as que realizaram sua inserção a partir da abertura da conta de capitais, como no Brasil.

Para atingir tais objetivos, era preciso convencer os países em desenvolvimento da necessidade de adotarem políticas que favorecessem esse novo estado de coisas², recomendando a abertura da conta de capitais, liberalização comercial, diminuição do

1 Nikolai Kondratiev, foi chefe do planejamento econômico da União Soviética nos anos 1920, desenvolveu a Teoria dos Ciclos Econômicos (fenômeno das ondas longas). Um ciclo de Kondratiev tem um período de duração determinada (de 40 a 60 anos), que corresponde aproximadamente ao retorno de um mesmo fenômeno. Apresenta duas fases distintas: uma fase ascendente (*fase A*) e uma fase descendente (*fase B*). Essas flutuações de longo prazo seriam características da economia capitalista. (BRESSER-PEREIRA, 2018).

2 Recomendadas apesar dessas políticas não serem as que os próprios países desenvolvidos utilizaram para se tornarem ricos, como mostrou Chang (2004), o objetivo é exatamente “chutar a escada” pela qual se alcança níveis de desenvolvimento elevados.

protecionismo, enfim, medidas que facilitassem a livre circulação dos recursos financeiros. Assim, o papel ativo do Estado foi combatido duramente.

Tal conjunto de medidas ficou conhecido como consenso de Washington ou políticas neoliberais. E um dos países convencidos da “prosperidade” de tais políticas foi o Brasil, país onde o Estado foi hegemônico/tomado pelos liberais com a eleição de Collor em 1989 de Fernando Henrique Cardoso na sequência.

A imposição de obstáculos para a atuação do Estado na economia e aversão ao planejamento são para os neoliberais, fundamentalmente, os seus princípios, que colocam no centro do jogo o indivíduo e seus interesses, que precisam ser satisfeitos. Dessa forma, o coletivo sufoca essa premissa, não há mais interesses de classe, estes passam a ser particulares e difusos. Segundo essa crença, o mercado livre vai se encarregar de cuidar da prosperidade de todos, ou melhor, de cada um dos indivíduos.

No mundo neoliberal, o objetivo dos governos é não ter objetivo algum, os planos são não planejar³, eles devem esquecer-se da vida social concreta e concentrar-se em participar o mínimo possível. O destino da nação está com os mercados, este saberá o que fazer, portanto, a única coisa que o Estado deve envolver-se é para garantir que os mercados funcionem bem, no máximo corrigindo algumas das suas “falhas”.

O mercado atualmente é como um Deus, a verdadeira divindade, pois possui todos os poderes, todo o conhecimento e está por toda parte, é incontestável, venerado como o único lócus de prosperidade humana. No passado, consultava-se os deuses para averiguar seu humor e tomar decisões da vida cotidiana no momento apropriado, o mesmo ocorre com o mercado hoje em dia. Também é essencial agradá-lo e não o perturbar (COX, 1999).

3 | CONTEXTO BRASILEIRO E GÊNESE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

As transformações na estrutura produtiva manifestam-se na dinâmica do espaço geográfico brasileiro nas suas particularidades regionais, isto é, conduzem à reorganizações Sócio-espaciais das atividades econômicas de reprodução da vida desta sociedade. E conseqüentemente, influí nas relações geopolíticas e geoeconômicas do país com o mundo.

Até as primeiras décadas do século XX, o Brasil era um país predominantemente agrário, portanto, uma economia com larga dependência de sua agricultura com baixos níveis de modernização. O marco da transição para uma economia industrial foi a Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas⁴, que acelerou o processo de substituição

3 “O governo não pode ter um plano. Ele não pode dizer, propor, agir para que a distância entre as rendas diminua. Jamais poderá intervir com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, pois essa é uma decisão dos indivíduos atuando livremente no mercado” (SOARES, 2014, p. 129).

4 “Entre 1930 e 1990, o Brasil teve um regime de política econômica desenvolvimentista. Foi então que o país formou sua nação, formulou uma estratégia nacional de desenvolvimento, e realizou sua revolução industrial. Em 1930 o Brasil era uma sociedade agrário-exportadora dominada por uma oligarquia de senhores de terra e de políticos patrimonialistas. Em 1990, uma sociedade industrial que contava com uma grande classe média, uma classe operária importante, e uma elite de empresários e políticos comprometidos com a industrialização. Nesse período, apenas o Japão cresceu mais do que o Brasil” (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 11).

das importações Para Suzigan (1988), a industrialização não dispensou a orientação e articulação do governo brasileiro.

A Revolução de 1930 esteve diretamente ligada ao período de depressão do 3º ciclo de Kondratieff, com o fim da hegemonia industrial inglesa e a crise da economia agroexportadora, emergindo um período de crescimento econômico nacional de forte dinamismo, o que era vantajoso tanto para as oligarquias agrárias direcionadas ao mercado interno e igualmente para os industriais que aceleraram o processo de substituição das importações (MAMIGONIAN, 2000).

Ignácio Rangel (2005) considera que nosso processo de industrialização tem sua própria lógica interna, de modo geral, diferente da ordem “natural” como em outros países, por exemplo.

No nosso caso [a industrialização] se manifestou através da modernização escalonada, isto é, setorial, de todo o organismo econômico, seguindo uma ordem fácil de determinar e que pode ser inferida de sua própria motivação primária, isto é, do fato de resultar de um esforço de substituição, a saber: uma ordem inversa. Noutros termos, nossa industrialização começou por onde, pela ordem natural das coisas, deverá terminar, isto é, pelo suprimento interno de bens de consumo ou, mais precisamente, de bens finais, abordando, escalonadamente, através de sucessivos ciclos, os suprimentos de produtos e de infra-estrutura. (RANGEL, 2005, p. 542).

Estas são políticas econômicas que foram os pilares da industrialização, fazendo com que no final dos anos 1970, estivesse formado no Brasil um parque industrial consolidado, este setor chegou a representar mais de um terço do Produto interno bruto (PIB) e as exportações de manufaturados eram vigorosas. Mas qual a explicação para que a partir dos anos 1950 o país passasse por um processo de industrialização e urbanização intenso, engendrando setores produtivos modernos e competitivos?

Para responder a esta pergunta, faz-se necessário resgatar a concepção de pactos de poder como instrumento de análise, para assim, entender o processo de desindustrialização que está em curso no Brasil. A existência desse pacto se dá através de lutas de classe que compõe o Estado brasileiro, isto é, entre classes hegemônicas, formando o sócio maior e menor respectivamente (RANGEL, 2012). O pacto de poder a partir de 1930 foi constituído entre a burguesia latifundiária voltada para o mercado interno (sócio maior) e a burguesia industrial nascente (sócio menor), que levaram adiante o processo de industrialização⁵.

A consolidação desse pacto resultou em expressivas taxas de crescimento econômico, visto que no intervalo de 50 anos, isto é, entre 1930 e 1980, o Brasil cresceu tanto quanto a União Soviética e Japão (MAMIGONIAN, 2018). Deste modo, Medeiros (2017, p. 272) referindo-se a ideia de pacto de poder afirmar que

5 “A Terceira Dualidade engendrava um fato novo, numa economia periférica, isto é, produzia seu próprio ciclo, coisa antes prerrogativa dos países industrializados integrados no centro dinâmico. Não se tratava, por certo, do ciclo longo, que é inerente ao centro dinâmico mundial, como reflexo que é dos processos de gestação e propagação de tecnologia nova, mas de ciclos médios, aparentemente da família do ciclo de Juglar, aparentemente inerentes à fase de construção do capitalismo industrial” (RANGEL, 1998, p. 165).

Uma das ideias centrais do pensamento Rangeliano é a de Pacto de Poder, a qual considera fundamentais as ligações entre a política econômica e os interesses das classes no poder do Estado em um determinado período. Formam-se pactos de poder de acordo com o amadurecimento das classes sociais e das forças produtivas nacionais. O pacto é realizado entre classes que não tem necessariamente os mesmos interesses, mas que negociam, numa dinâmica de conflito e colaboração. Estas procuram transformar seus interesses no conjunto hegemônico de políticas do Estado, e de projeto de sociedade como um todo.

No entanto, a partir do final do século XX ocorre mudanças no pacto até então formado. Teoricamente, quem deveria assumir a liderança do pacto seria a burguesia industrial, uma vez que teria adquirido experiência de liderança desde 1930. Porém, devido as mudanças políticas e econômicas nos anos 1990, os investimentos financeiros tornaram-se mais atrativos, em detrimento da expansão das capacidades produtivas, evidenciando-se uma omissão do setor industrial em assumir a liderança do pacto, causando descompasso na formação da quarta dualidade propugnadas por Ignácio Rangel.

A partir desse momento a coalizão política criada minou diversos segmentos industriais. De acordo com Bresser-Pereira (2017), o Brasil perdeu a capacidade de crescer de maneira sustentável, uma vez que está em quase-estagnação desde a crise dos anos 1980 e em retrocesso econômico e social agudo a partir de 2014.

As políticas econômicas que guiam os rumos do Brasil não são resultado do acaso, mas sim de pactos de poder firmados no âmbito do Estado pelos grupos econômicos, que estabelecem a preponderância em relação ao arranjo institucional e a divisão dos recursos, apoiando e conduzindo medidas que os favoreçam, assim, “As políticas econômicas, tanto setoriais quanto macroeconômicas vão se subordinar ao interesse destas classes e apontar as direções dos investimentos mais lucrativos” (MEDEIROS, 2017, p. 272).

A confluência da crise brasileira dos anos 1980 com a fase recessiva do 4º ciclo de Kondratiev produziu um contexto hostil ao país, com pressões externas e endurecimento do imperialismo norte-americano, forjando a formação de um novo pacto liberal e rentista nos anos 1990, que tencionou a abertura comercial e liberdade de circulação do capital financeiro, que necessitava se reproduzir longe da crise no centro do sistema. Essa reprodução se deu grosso modo por meio de fusões e aquisições, entrada de multinacionais e compra de títulos públicos com elevada rentabilidade.

Esse panorama de crise elegeu a atuação ativa do Estado no desenvolvimento como culpada de todo fracasso, era preciso, desta maneira, combater veementemente esse “mal” na economia brasileira. Esse contexto favoreceu a conformação de um consenso em torno da adesão (na íntegra) ao consenso de Washington - ideologia neoliberal - nos anos 1990 no Brasil. Ideologia que defende a demissão do Estado enquanto planejador e articulador do desenvolvimento econômico, cabendo a ele apenas garantir um “ambiente” propício a reprodução do capital financeiro rentista e o livre funcionamento das “forças” alocativas de

mercado.

Os resultados desse longo período de políticas neoliberais no Brasil, são inequívocos na atual conjuntura. No balanço das últimas décadas, podemos incluir, uma grave desindustrialização e desmonte do parque industrial mais sofisticado⁶, baixo crescimento econômico, da produtividade e da renda dos trabalhadores.

Na contramão de países desenvolvidos, a desindustrialização brasileira tem um caráter precoce e não natural⁷. Ou seja, é factual que países de alta renda gradativamente desenvolvam o setor de serviços sofisticados, dispensando alguns setores da indústria, que perde proporcionalmente participação na composição do PIB, entretanto, não é esse processo natural que vem ocorrendo no Brasil.

Do ponto de vista estrutural, a nova estratégia econômica criou, também, desajustes de longo prazo dentro do sistema produtivo. A abertura comercial, somada à desnacionalização e à desmontagem de elos importantes da cadeia industrial, produziu uma nova configuração produtiva, altamente dependente das importações. Ocorreu, no período, uma modernização limitada e baseada em ajustes microeconômicos, que não foram acompanhados por nenhum tipo de política industrial mais consistente. Como consequência, aumentou a dependência das economias nacionais com relação à importação de bens de capital e de produtos de maior densidade tecnológica. Hoje, muito mais que no período desenvolvimentista, o controle do progresso tecnológico está concentrado nos países centrais, alcançando a periferia de maneira restrita e segmentada. Como resultado, estreitou-se ainda mais o acesso da periferia ao conhecimento e às tecnologias de ponta, e sua importação contribui ainda menos que no passado para a criação de uma capacidade endógena de progresso técnico (FIORI, 2002, p. 201).

Nos governos Collor e FHC “[...] a adoção da âncora cambial levou às importações predatórias, que iniciaram uma brutal desindustrialização, que não acabou até hoje” (MAMIGONIAN, 2018, p. 197). Além disso, “A abertura comercial com câmbio valorizado e juros alto suscitou o desaparecimento de elos das cadeias produtivas na indústria de transformação” (BELLUZZO, 2020, p. 18).

A discussão dos pactos de poder é essencial e simultaneamente espinhosa, pois o afastamento dos industriais do poder e ascensão do rentismo⁸ financeiro internacional e nacional nos anos 1990 causou uma confusão na distinção de interesses desses dois grupos, que se misturaram com o tempo. Além disso, “O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior [...] O predomínio do capital financeiro

6 Os números são inequívocos, por exemplo, de acordo com dados do Ipea, a participação da indústria de transformação no produto interno bruto (PIB) passou de aproximadamente 1/3 nos anos 1970 e 80 para 11,03% em 2019. Na balança comercial, destaque para os produtos de média-alta tecnologia, registrando déficits crescentes da ordem de US\$ -10,1 bilhões em 1999, US\$ -25,8 bilhões em 2009 e US\$ -41,0 bilhões em 2019, segundo dados do ME. Outro dado interessante é o coeficiente de penetração das importações, por exemplo do setor metal-mecânico entre os anos 1990 e 2000, quando teve um aumento de 200%, devido a abertura comercial brusca, prejudicando indústrias nacionais. Atualmente, os bens intermediários respondem em média por 60% das importações brasileiras. Esse grupo de produtos diz respeito a peças, componentes ou insumos que são utilizados na fabricação ou montagem de outras manufaturas.

7 Ver Cano (2012 e 2014), Chang (2018), Oreiro e Marconi (2014) e Bresser-Pereira em diversos trabalhos.

8 Rentista é aquele que “vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro” (LÊNIN, 2011, p. 176).

sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentista* e da oligarquia financeira” (LÊNIN, 2011, pp. 176-177).

A instalação do regime de política econômica liberal, em substituição ao desenvolvimentista, ocorreu em quatro tranches, entre 1990 e 1999. Em 1990, no governo Collor, a primeira tranche: a abertura comercial, que envolveu a desmontagem do sistema de neutralização da doença holandesa que estava embutido no regime comercial brasileiro desde 1967. Em 1992, após o fracasso do Plano Collor, no quadro de um acordo com o FMI, a segunda tranche: a abertura financeira, ou seja, a perda de controle das entradas e saídas de capital, da taxa de juros e da taxa de câmbio. Em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, a terceira tranche: a extinção do conceito de empresa nacional e a privatização e desnacionalização dos serviços monopolistas públicos. E em 1999, no mesmo governo, a quarta tranche: a adoção do chamado “tripé macroeconômico” (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 15).

Ao mesmo tempo, os industriais brasileiros, formados no período de modernização capitalista do país (1930-1980), foram vítimas e associados do avanço neoliberal. Vítimas, pois, uma fração dessa classe viu seus negócios minarem com a abertura comercial abrupta, o fim das políticas industriais e os equívocos das políticas monetárias, desfavoráveis ao setor produtivo. E associados porque muitos também se beneficiaram de investimentos na finança rentista, a despeito da queda de lucratividade no setor industrial.

Na disputa pelo poder, a finança liberal saiu-se vitoriosa politicamente e permanece como classe hegemônica no Estado brasileiro. Os industriais foram derrotados e perderam o controle das políticas que favoreciam seu desenvolvimento, muitos, inclusive, surfando nesse contexto se juntaram ao time vitorioso, que passou a pagar salários melhores aos seus jogadores a partir do final do século XX. Sem políticas e incentivos para o setor produtivo, gradativamente ele foi sendo desmantelado.

Enquanto as condições externas foram favoráveis, o “intervencionismo estatal” do novo modelo econômico “desenvolvimentista” contou com o apoio de quase todos os segmentos da classe dominante brasileira e de suas elites políticas regionais. Exatamente como havia ocorrido com o livre-cambismo que acompanhou a hegemonia inglesa. Mas quando estas facilidades se estreitaram – com o fim do padrão-dólar e a crise econômica mundial dos anos 70 – quando a política econômica internacional dos Estados Unidos e a geoeconomia dos países centrais mudou de rumo com a restauração liberal-conservadora dos anos 80, a coalizão desenvolvimentista se desfez. Não foi difícil para as elites econômicas e políticas brasileiras abandonarem, uma vez mais, suas convicções, sua ideologia e seu projeto de construção de uma economia nacional industrializada. A nova conversão ideológica começou no final dos anos 80, mas só se transformou num enorme consenso depois do retorno do país, em 1991, ao mercado internacional de capitais, viabilizado pela renegociação da dívida externa e pela abertura financeira do país. Decisões que permitiram às elites brasileiras reencontrarem o seu lugar ao sul do novo projeto imperial norte-americano, soberano depois do fim da Guerra Fria” (FIORI, 2002, pp. 185-186).

As implicações desse cenário para a economia do país são diversas, apesar da corrente predominante dos economistas neoclássicos acreditarem que uma unidade do valor adicionado tem a mesma relevância para o crescimento independente de qual setor ela é criada (OREIRO E FEIJÓ, 2010). Ou seja, para essa linha de pensamento, a indústria, agricultura e os serviços têm a mesma importância para o avanço da produtividade do trabalho e o alcance de elevados patamares da renda per capita (BRESSER-PEREIRA; FEIJÓ e NASSIF, 2016).

Por outro lado, os economistas heterodoxos consideram o setor manufatureiro chave para o processo de desenvolvimento. A indústria não é um setor igual como outro qualquer, pois os efeitos de encadeamento são mais fortes comparado aos demais setores, é na indústria que a maior parte do progresso tecnológico ocorre e é difundido a partir dela para o restante da economia, proporcionando crescimento econômico de maneira sustentável (OREIRO e FEIJÓ, 2010; OREIRO e MARCONI, 2014).

Portanto, a mudança no pacto de poder conduziu a políticas que suscitaram a combinação de câmbio valorizado, juros altos, abandono das políticas e tarifas de proteção⁹ para o setor produtivo e abertura financeira abrupta, formando um quadro propício a destruição da indústria nacional.

A armadilha na qual estamos presos desde a implementação do Plano Real é grave. A escolha por políticas e institucionalidades liberais e a não inserção estratégica e inteligente do Brasil com o mundo levaram a décadas de continuidade de políticas nocivas, minando gradativamente os “complexos geoeconômicos”¹⁰ de produção e provocando desencadeamentos nos elos da indústria brasileira, sobretudo nos setores mais sofisticados do ponto de vista tecnológico.

4 | À GUIA DE CONCLUSÃO: QUAIS AS SAÍDAS PARA O BRASIL?

A vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições brasileiras de 2018 representa uma vitória do imperialismo dos EUA recrudescente com força no Brasil desde meados de 2013, com o objetivo de desestabilizar as relações virtuosas entre países sul-sul (BRICS) sob liderança Chinesa e frear uma inserção brasileira mais ativa na divisão internacional do trabalho (DIT).

A crise brasileira recente foi combustível para que o grupo político atual alçasse o

9 “[...] desde 1989, ainda no governo Sarney, quando ocorre uma primeira investida quanto à proteção que tínhamos sobre as importações. Tal investida ampliou-se sobremodo no governo Collor, em 1990. A terceira foi feita no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994. Essa desregulamentação manteve-se e assim está até hoje. A abertura comercial com a queda das tarifas e demais mecanismos protecionistas da indústria nacional complementou o nocivo efeito do câmbio valorizado, reduzindo drasticamente o grau de proteção perante a concorrência internacional” (CANO, 2012, p. 834). “Nos anos 1980, houve redução muito expressiva do investimento público em infraestrutura e das empresas estatais, os quais foram muito relevantes para impulsionar a industrialização brasileira nos períodos anteriores. As tarifas alfandegárias começaram a ser reduzidas a partir de 1988 e tiveram forte queda até 1992, e as principais barreiras não tarifárias foram removidas em 1990” (MORCEIRO e GUILHOTO, 2019, p. 7).

10 “[...] complexos geoeconômicos são as aquelas cadeias produtivas com alto poder de encadeamento de produção e intenso elo territorial e regional” (SILVA, 2019, p. 25).

poder, pois de um lado angariou apoio de grande fração da classe trabalhadora e por outro lado também da elite interna, visando a destruição dos direitos trabalhistas e o avanço do setor privado em áreas atualmente geridas pelo Estado, ou seja, movimentos que expressam a luta de classes. Também vale assinalar que a força recente do imperialismo não foi proporcional a força de resistência ao mesmo.

Resta ao Brasil repensar o papel do Estado no desenvolvimento e retomar a centralidade de um projeto nacional, adotando políticas para criar um ecossistema atrativo aos setores manufatureiros, constringendo o capital a investir no setor real da economia. Além disso, são importantes medidas institucionais e financeiras que elevem os níveis de investimento público e adoção de planejamento estratégico e soberano das políticas industriais e de comércio exterior.

Para obterem o sucesso pretendido, as políticas industriais precisam estar em consonância com a política macroeconômica (CANO, 2012). Kupfer (2003) argumenta que em economias atrasadas, a política industrial deve ser pensada a partir do pressuposto de que desenvolvimento significa crescer com mudança estrutural.

Abandonar ou não estimular o desenvolvimento do setor industrial significa a manutenção do subdesenvolvimento brasileiro, que para ser superado exige que o país trilhe um caminho com soberania nacional. Além disso, significa também ficarmos mais longe de uma renda elevada, maior número de empregos qualificados e que pagam bons salários etc.

A superação da configuração atual passa pelo enfraquecimento/rompimento com o pacto liberal, convergindo energias na construção de um novo consenso político que privilegie a economia real e os trabalhadores, sem desconsiderar o Brasil contraditório, de interesses múltiplos e de conflitos de classes. O âmago é a formação de uma coalizão ampla e heterogênea, porém coesa, em torno do desenvolvimento econômico, do aumento da produtividade do trabalho e da renda. A questão central a ser resolvida é política antes de ser puramente econômica, “Não adianta pensar em Economia apenas por um prisma técnico de formular uma determinada receita quando o problema é político” (CANO, 2012, p. 849).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo, in: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BELLUZZO, Luiz. G. Prefácio. In: GALA, Paulo; RONCAGLIA, André. **Brasil, uma economia que não aprende**: novas perspectivas para entender nosso fracasso. São Paulo: Edição do autor, 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Balança Comercial/Comex. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/>. Acesso em: 20/07/2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. C. Desenvolvimento Econômico e Revolução Capitalista. **FGV-EESP**, textos Para Discussão, 170, setembro, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. C.; FEIJÓ, Carmen; NASSIF, André. A Reconstrução da Indústria Brasileira: A Conexão entre o Regime Macroeconômico e a Política Industrial. **FGV-EESP**, textos Para Discussão, 413, fevereiro, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. C. Como sair do regime liberal de política econômica e da quase-estagnação desde 1990. **Estudos Avançados**, 31 (89), 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. C. Lucro, Acumulação e Crise, 2 ed. Cambury, São Paulo, 2018.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.

CANO, Wilson. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, pp. 139-174, jul-dez. 2014.

CHANG, Ha-Joon. O Brasil está experimentando uma das maiores desindustrializações da história da economia. *El País*, São Paulo, 15 jan. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/economia/1515177346_780498.html. Acesso em: 30/07/2020.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CONCEIÇÃO TAVARES, Maria da. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

COX, Harvey. **O mercado como Deus**: vivendo a nova dispensação. Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 1999.

FIORI, José. L. **60 lições dos 90**: Uma década de neoliberalismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Nacionais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>. Acesso em: 14/07/2020.

IPEA Data. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Macroeconômico – comércio exterior. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 20/07/2020.

KUPFER, David. Política Industrial. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 91-108, dezembro, 2003.

LÊNIN, Vladimir. I. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas-SP: FE/UNICAMP, 2011.

MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao Pensamento de Ignácio Rangel. **Geosul** – N° 3 – 1º sem. 1987

MAMIGONIAN, Armen. Teorias Sobre a Industrialização Brasileira. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis (SC), n. 2, 49 p., maio, 2000.

MAMIGONIAN, Armen. Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico. 2005. 266 f. Tese (livre-docência) FFLCH - USP, São Paulo, 2005.

MAMIGONIAN, Armen. O Mundo no final do século XX e início do século XXI. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 100, 2018, p. 173-205.

MEDEIROS, Marlon. C. Pactos de poder e política econômica: comparações Brasil-China. **Geosul**, v. 32, n. 63, p 269-286, Florianópolis, jan./abr. 2017.

MORCEIRO, Paulo. C; GUILHOTO, Joaquim. J. M. Desindustrialização Setorial no Brasil. IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2019.

OREIRO, José. L; FEIJÓ, Carmen. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

OREIRO, José. L; MARCONI, Nelson. Teses Equivocadas no Debate sobre Desindustrialização e Perda de Competitividade da Indústria Brasileira. **Revista NECAT** - Ano 3, nº5 Jan-Jun de 2014.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**, Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 3º edição. 2012.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. In: MAMIGONIAN, Armen.; REGO, José. M. (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 139-174.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas de Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2v.

SILVA, Cristóvão. H. R. da. Grande Demais Para Quebrar? Uma nota Geoeconômica Sobre a Desindustrialização Brasileira. **Anpege**, p.7-28, V.15, n.28, set./dez. 2019.

SOARES, Paulo. de T. L. P. Políticas Públicas: confusão de ideias e/ou subordinação ideológica? **Geosul**, Florianópolis, v. 29, ESPECIAL, p 117-142, jul./dez. 2014.

SUZIGAN, Wilson. Estado e Industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 8, nº 4, São Paulo, out/dez, 1988.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação coletiva 4, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

B

Banco 4, 4, 5, 8, 11, 18, 54, 68, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 139, 157, 211, 224, 226, 241, 242, 243, 318

Bitcoin 4, 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Blockchain 2, 8, 12

BNDES 77, 80, 81, 82, 86, 87

Brasil 4, 5, 7, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 45, 77, 78, 80, 82, 86, 87, 108, 109, 113, 114, 116, 117, 119, 121, 126, 130, 142, 144, 145, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 181, 182, 184, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 195, 200, 201, 202, 203, 214, 215, 224, 226, 228, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 276, 280, 288, 289, 290

BRDE 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87

C

Café 7, 175, 207, 208, 209, 210, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 280, 281, 287, 288, 289, 290

Capital humano 6, 32, 161, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 224, 225, 227, 228, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 286

Capitalismo 39, 44, 46, 49, 50, 51, 162, 164, 166, 170

Cartão de crédito 6, 7

Cesta Básica 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211

Chá 7, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 287, 288

Conhecimento 2, 10, 12, 29, 45, 50, 106, 107, 109, 115, 155, 156, 163, 166, 174, 177, 184, 211, 213, 215, 217, 218, 224, 225, 226, 227, 239, 240, 241, 242, 243, 249, 279

Consumidores 7, 9, 14, 109, 111, 119, 120, 174, 187, 197, 204, 206, 211, 263, 309

Consumo 9, 18, 22, 119, 120, 130, 131, 135, 136, 164, 176, 184, 186, 192, 196, 205, 211, 258, 268, 274, 280, 290, 308, 312, 314, 315

COVID-19 5, 128, 129, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 288

Crescimento 3, 3, 6, 28, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 42, 53, 77, 78, 79, 81, 83, 85, 109, 128, 142, 143, 164, 166, 168, 174, 176, 180, 182, 185, 195, 196, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 224, 225, 227, 228, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 247, 248, 268, 276, 279, 284, 291

Criptomoedas 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 152

Crise 3, 4, 5, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 50, 81, 82, 83, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 170, 225, 248, 249, 291, 292

D

Demanda 7, 79, 82, 86, 120, 122, 126, 138, 139, 175, 176, 200, 232, 278, 284

Democracia 43, 44, 45, 46, 50, 51

Desenvolvimento 1, 3, 4, 7, 1, 2, 3, 6, 11, 28, 33, 35, 41, 42, 43, 47, 53, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 107, 109, 111, 113, 157, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 179, 180, 184, 186, 200, 201, 202, 206, 207, 214, 215, 217, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 241, 242, 249, 265, 266, 267, 270, 271, 272, 276, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 318

Desindustrialização 5, 160, 161, 163, 164, 166, 170, 171

DevOps 5, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

Dinheiro 4, 1, 2, 4, 8, 10, 11, 12, 108, 151, 154, 157, 158, 166

E

Economia 1, 3, 6, 26, 28, 29, 39, 40, 41, 42, 43, 52, 53, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 110, 111, 112, 113, 143, 145, 157, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 180, 184, 201, 206, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 224, 226, 227, 228, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 249, 251, 264, 266, 270, 271, 273, 274, 277, 279, 282, 286, 291, 292, 302, 318

Educação 6, 33, 41, 42, 46, 49, 173, 210, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 318

Empreendedorismo 4, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 230, 250

Empresa 4, 7, 9, 27, 108, 109, 114, 115, 116, 167, 174, 178, 229, 230, 231, 232, 235, 238, 244, 253, 254, 258, 261, 264, 267, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 301

Espanha 32, 33, 53, 296, 299

Estados Unidos 4, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 36, 40, 41, 80, 82, 108, 114, 130, 145, 162, 167, 215, 270, 308, 315

F

Falência 7, 143, 291, 292, 293, 294, 296, 298, 299, 302, 303, 304

G

Gênero 4, 36, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 49, 157, 185, 211

Globalização 1, 3, 6, 12, 45, 52, 162

I

Inovação 6, 1, 4, 6, 28, 32, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 201, 218, 225, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 284, 286, 288, 318

Insumos 85, 142, 166, 189, 210, 261, 266, 268, 269, 270, 284, 287, 288

Investimento 29, 33, 34, 78, 79, 84, 85, 109, 142, 143, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 168, 169, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 222, 223, 225, 226, 243, 274, 279

L

Logística 79, 84, 267, 270, 284

M

Marcas 2, 4, 12, 44, 204, 207, 211, 239, 242, 244, 247, 248

México 4, 5, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 39, 45, 48, 50, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 229, 230, 231, 238, 252, 254, 264, 305, 307, 308, 310, 312, 313, 316, 317, 318

Modelo 8, 26, 43, 48, 74, 81, 98, 99, 103, 104, 106, 108, 112, 117, 126, 142, 145, 147, 167, 211, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 225, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 253, 254, 271, 293, 294, 295, 298, 299, 300, 301, 303, 304

Movimentos sociais 4, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 143

O

OCDE 33, 34, 129, 131, 132, 140, 241, 242, 243, 245, 250, 308, 309

Oferta 79, 85, 109, 115, 118, 126, 142, 173, 175, 198, 199, 200, 205, 209, 252, 258, 267, 269

OMT 128, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140

P

Pandemia 5, 128, 129, 138, 139, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 150, 153, 154, 155, 156, 249, 314

Paraná 6, 77, 78, 82, 83, 84, 160, 203, 213, 214, 215, 224, 226, 228

Patentes 218, 239, 242, 244, 248

Piauí 6, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 200, 203

PIB 13, 18, 20, 23, 24, 78, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 164, 166, 173, 214, 231, 244, 246, 247, 248, 268, 271

Portugal 28, 33, 36, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 239, 240, 244, 248, 249, 291, 296, 299

Preço 6, 3, 34, 108, 112, 117, 142, 143, 145, 146, 182, 185, 186, 187, 189, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 216, 278, 280, 290

Produção 6, 7, 9, 29, 33, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 78, 79, 85, 86, 110, 160, 161, 168,

173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 207, 209, 215, 217, 218, 225, 239, 241, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 274, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 290

Produtos 2, 3, 5, 6, 7, 9, 33, 81, 85, 107, 109, 111, 112, 142, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 164, 166, 174, 175, 176, 177, 187, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 218, 242, 244, 270, 274

Q

Qualidade 6, 6, 32, 85, 89, 174, 197, 210, 213, 214, 215, 218, 219, 221, 222, 224, 226, 241, 242, 243, 246, 247, 266, 267, 271, 272, 292, 303

R

Resseguro 5, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127

S

Sri Lanka 7, 102, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 287, 288, 289, 290

T


Transporte 2, 3, 46, 49, 80, 81, 131, 132, 134, 186, 197, 200, 254, 284, 314


Turismo 5, 83, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 254, 270, 283, 286



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



www.arenaeditora.com.br 

contato@arenaeditora.com.br 

@arenaeditora 

www.facebook.com/arenaeditora.com.br 

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO